

II SEMINÁRIO DE PESQUISA EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO  
**Práxis em Análise do Comportamento**  
Universidade Estadual de Maringá  
Laboratório de Filosofia e Metodologia da Psicologia  
7 a 8 de Junho de 2019

**JUSTIFICATIVAS E LIMITES DE UMA RENDA BÁSICA DE CIDADANIA:  
ASPECTOS COMPORTAMENTAIS E POLÍTICOS**

Ramon Cardinali de Fernandes (Belo Horizonte-MG).

contato: ramoncardinali@gmail.com

**Palavras-chave:** Renda básica de cidadania. Transferência de renda. Análise do comportamento. Política.

Desde meados da década de 1970, cientistas sociais observam uma tendência do capitalismo contemporâneo à precarização das relações de trabalho. Esse fenômeno expressa-se, mundo afora, na flexibilização de legislações trabalhistas; na expansão do trabalho terceirizado, temporário e informal (tendo na “uberização” uma de suas atuais faces); no crescimento do subemprego e do desemprego por desalento; na erosão dos sistemas públicos de seguridade social; dentre outros. Além disso, há a automação do trabalho, que hoje já extrapola o setor industrial e elimina empregos no setor de serviços, potencializando essa tendência à precarização generalizada. É nesse contexto que a proposta de uma renda básica de cidadania tem se tornado cada vez mais popular entre ativistas, acadêmicos, *policymakers* e empreendedores do Vale do Silício. Idealmente, a renda básica de cidadania é uma modalidade de transferência de renda de caráter universalista, cujo valor é pago regular, individualmente e sem a exigência de nenhum tipo de contrapartida. Tendo em vista seu potencial para resolver ou mitigar inúmeras das adversas consequências individuais e sociais da precarização, governos e ONGS têm avaliado a viabilidade e os possíveis efeitos comportamentais da renda básica de cidadania. Nesta apresentação, utilizo de conceitos analítico-comportamentais para discutir alguns dos efeitos de uma renda básica de cidadania sobre o comportamento de beneficiários. Uma análise comportamental mostra-se adequada para o entendimento de importantes mudanças comportamentais observadas nos experimentos de renda básica realizados em diferentes países até hoje. Analiso efeitos comportamentais variados, como a redução do trabalho infantil, a preferência pelo trabalho autônomo, a ampliação das possibilidades de controle face a face, a capacidade de controle comportamental por consequências atrasadas e melhorias na saúde física e “mental”. Entretanto, apesar dos inegáveis efeitos positivos exemplificados por essas mudanças comportamentais e do intenso debate internacional, a atual conjuntura impõe sérios limites à implementação de uma renda básica de cidadania. A hegemonia neoliberal fomenta variações de renda básica de cidadania, por exemplo, que nem de longe remetem aos ideais de igualdade e liberdade que deram origem à ideia (ainda no século XVII). Nesse sentido, finalizo a apresentação argumentando que a busca pela compreensão desses limites nos coloca diante de um terreno pouco familiar ao analista do comportamento interessado em transformações sociais – a política.